

# ESTADO DA PARAÍBA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA "Comissão de Desenvolvimento, Turismo e Meio Ambiente"

### PROJETO DE LEI Nº 922/2023

Classifica o município de Alagoa Grande como a "Capital Paraibana do Ritmo e do Forró", e dá outras providências. PARECER PELA APROVAÇÃO DA MATÉRIA, NOS TERMOS DO TEXTO APROVADO NA COMISSÃO DE JUSTIÇA.

A proposição traz para esta Comissão o debate sobre a classificação do Municípios de Alagoa Grande como a Capital Paraibana do Ritmo e do Forró. As peculiaridades municipais são fontes de orgulho e satisfação e para sua população, fazendo com que sua homenagem por meio de lei tenha o potencial de fomentar o turismo através da visitação. A classificação em homenagem pode abrir as portas locais para o desenvolvimento turístico, trazendo benefícios para a população local e fomentando o emprego e desenvolvimento econômico. Acontece que o ritmo e o forró são de interesse regional, não se restringindo a apenas um município, de sorte que não entendemos ser a matéria oportuna e conveniente para o interesse público, devendo ser rejeitada nesta Comissão.

**AUTOR:** Dep. Bosco Carneiro **RELATOR:** Dep. Tarcísio Jardim

### P A R E C E R N° 016/2024

### I - RELATÓRIO

A Comissão de Desenvolvimento, Turismo e Meio Ambiente, recebe, para análise e parecer, o **Projeto de Lei acima indicado** que <u>classifica o município de Alagoa Grande como a "Capital Paraibana do Ritmo e do Forró", e dá outras providências.</u>

Instrução processual em termos.

Tramitação na forma regimental.

É o relatório.



## ESTADO DA PARAÍBA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA "Comissão de Desenvolvimento, Turismo e Meio Ambiente"

### II - VOTO DO RELATOR

A proposta legislativa em análise é extremamente louvável, pois a utilização do processo legislativo visando editar toda e qualquer normas que visa aperfeiçoar a ordem economica, preservar o meio ambiente (fauna e flora; plantas e animais) ou incentivar o turismo é comportamento que deve sempre pautar os atos da Administração Pública.

Não obstante ser o termo interesse público um conceito jurídico indeterminado, para Celso Antônio Bandeira de Melo, em seu livro **Curso de Direito Administrativo**, "o interesse público nada mais é que a dimensão pública dos interesses individuais; ou seja, dos interesses de cada indivíduo enquanto partícipe da Sociedade", de maneira que a determinação do que dispõe esta proposição busca atender os anseios do interesse público, já que ela, tendo em vista sua redação, tem o potencial de auxiliar o desenvolvimento do Estado da Paraíba.

Conforme o artigo 141, inciso II do Regimento interno da Assembleia Legislativa da Paraíba, a proposição será distribuída, após a admissibilidade na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, às demais comissões permanentes quando a matéria de sua competência estiver relacionada com o mérito da proposição.

Neste sentido, por esta proposição claramente adentrar na temática que esta Comissão estuda, é desta a apreciação do seu mérito, nos termos da norma que se extrai do artigo 31, inciso VI, do Regimento Interno desta Casa.

Acontece que o ritmo e o forró são de interesse regional, não se restringindo a apenas um município, de sorte que não entendemos ser a matéria oportuna e conveniente para o interesse público, devendo ser rejeitada nesta Comissão.

Por todo o exposto, **opino**, seguramente, pela <u>REJEIÇÃO</u> do **Projeto de Lei**, <u>nos termos do aprovado na CCJR</u>.

utado Estadual

É o voto.

Sala das Comissões, data da reunião.



### ESTADO DA PARAÍBA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA "Comissão de Desenvolvimento, Turismo e Meio Ambiente"

### III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Desenvolvimento, Turismo e Meio Ambiente, nos termos do Voto do Relator, por unanimidade dos presentes, opina pela **REJEIÇÃO** do Projeto de Lei n° **922/2023**.

É o parecer.

Sala das Comissões, data da reunião.

DEP.EDUARDO CARNEIRO

Presidente

Membro

Membro

Deputado Estadual

Membro

DEP. TOVAR CORREIA LIMA